

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2013

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir novas hipóteses de dedução de pagamentos aos empregados domésticos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º .....

.....

II - .....

.....

i) às importâncias pagas aos trabalhadores domésticos em obediência ao inciso III do art. 7º da Constituição Federal.

j) até o exercício de 2017, ano-calendário de 2016, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado.

.....

§ 5º O disposto na alínea “j” do inciso II do *caput* deste artigo limita-se ao valor da contribuição patronal calculada sobre 2 (dois) salários mínimos mensais, sobre o 13º (décimo terceiro) salário e sobre a remuneração adicional de férias, referidos também a 2 (dois) salários mínimos." (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012, é o coroamento da luta dos trabalhadores domésticos pela garantia de direitos que antes lhes eram negados na própria Carta Magna. Após discussões, avanços, retrocessos e propostas não levadas a termo, o Congresso Nacional, enfim, ecoou o sentimento predominante na sociedade segundo o qual não têm mais lugar, em pleno século XXI, a marginalização da categoria dos domésticos em relação aos benefícios garantidos a outras classes laborais e a manutenção de relações de trabalho semelhantes àquelas experimentadas à época da escravatura.

Do ponto de vista do empregado, portanto, a aprovação da PEC nº 66, de 2012, é motivo de comemoração.

Entretanto, é preciso observar também o peso que as novas obrigações instituídas representará para o empregador. Diferentemente de outras categorias, o trabalhador doméstico não está vinculado a uma pessoa jurídica, em geral com envergadura econômica suficiente para arcar com o pagamento de diversos encargos trabalhistas, previdenciários e tributários a vários colaboradores.

Vige, no direito do trabalho brasileiro, o princípio de que é o empregador que deve arcar com os riscos da atividade econômica, não o empregado. Mas, no mercado dos domésticos, essa ideia só vale se considerada com ressalvas. O empregador, no caso, é sempre e necessariamente pessoa física, pois, se assim não fosse, o respectivo empregado não poderia ser classificado como “doméstico”. É preciso reconhecer, então, que a condição de pessoa física não permite ao patrão suportar a mesma miríade de obrigações arcadas normalmente pelas empresas que gozem de razoável saúde financeira. Se a pressão sobre o empregador doméstico for levada ao limite, restar-lhe-ão as alternativas de contratar diaristas, que não pertencem, por lei, à categoria favorecida pela PEC nº 66, de 2012, ou simplesmente abster-se de admitir qualquer mão-de-obra do lar. Em um e em outro caso, o prejuízo para os domésticos é evidente.

O projeto ora apresentado tem por objetivo aliviar essa nova carga a ser suportada pelo empregador doméstico, permitindo que uma pequena parcela delas seja deduzida do imposto de renda da pessoa física, dentro dos parâmetros e dos rigores já existentes.

No nosso entendimento, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é compatível com a ideia de abatimento do IRPF, e a implementação de tal medida representará, temos certeza, um alento tanto para o empregador como para o empregado, que ganharão com a preservação de tão importante nicho do mercado de trabalho.

Propomos, adicionalmente, que a dedução válida para a contribuição patronal do empregador doméstico para a Previdência Social seja limitada a dois salários mínimos, e não somente a um, como ocorre atualmente.

Em vista dos argumentos acima expostos, contamos com o apoio dos ilustres Pares para o debate, aperfeiçoamento e aprovação da presente iniciativa.

**Sala das Sessões, 02 de abril de 2013**

**Senadora VANESSA GRAZZIOTIN  
PCdoB/AM**